

Direito do Trabalho

Professor: Aline Leporaci

476-A – Parte 2

Resumo

Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional do empregado

Quando da suspensão do contrato para participação de curso ou qualificação profissional, o empregado deve comparecer ao curso e não pode trabalhar. Se faltar, se o curso não for ministrado, ou se o empregado continuar trabalhando, a suspensão estará descaracterizada, conforme §6º do art. 476-A da CLT:

§ 6º Se durante a suspensão do contrato não for ministrado o curso ou programa de qualificação profissional, ou o empregado permanecer trabalhando para o empregador, ficará descaracterizada a suspensão, sujeitando o empregador ao pagamento imediato dos salários e dos encargos sociais referentes ao período, às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor, bem como às sanções previstas em convenção ou acordo coletivo.

Uma vez descaracterizada a suspensão, esta se transforma em interrupção, estando o empregador obrigado a arcar com as custas salariais e os encargos sociais do período (FGTS, contribuições ao INSS etc), penalidades previstas na legislação e as previstas em acordos e convenções coletivas.

Renovação do período de qualificação

A suspensão do contrato possui prazo limite fixado no *caput* do art. 476-A da CLT – 2 a 5 meses. O §7º do referido artigo autoriza a prorrogação desse prazo em caso de negociação coletiva:

§ 7º O prazo limite fixado no caput poderá ser prorrogado mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, desde que o empregador arque com o ônus correspondente ao valor da bolsa de qualificação profissional, no respectivo período.

Nesta prorrogação, o FAT – Fundo de Assistência ao Trabalhador estará desobrigado ao pagamento da bolsa. Este pagamento competirá ao empregador.